

Primeiro Plano



Mercado laboral

"Contrato-geração" chega em 2018

Vai chegar em 2018 e chama-se "contrato-geração". Prevê a entrada na reforma a tempo parcial de um trabalhador mais velho em troca da contratação de um jovem. A garantia foi dada, ontem, pelo primeiro-ministro, António Costa.



Reformas antecipadas nas carreiras longas

O ministro da Segurança Social está a negociar com os parceiros sociais um novo regime de reformas antecipadas para as carreiras contributivas muito longas (de mais de 40 anos) que abrange, por enquanto, apenas os trabalhadores do setor privado.

Trabalho Quem assinou um vínculo permanente em janeiro deste ano ganha menos 20% do que quem começou a trabalhar em 2014

Salários dos novos contratos perdem 214€

radiografia : novo emprego

Contratos desde 2013



Número de contratos assinados

Desde outubro de 2013 e vigentes a 15 de maio de 2017

Remuneração líquida mensal

Novos contratos vigentes em janeiro de 2017

Tipologia de contrato	Número de contratos assinados	Remuneração líquida mensal
A termo certo	1 198 835	683
Sem termo	573 011	810
A termo incerto	460 899	640
A termo certo, a tempo parcial	347 601	374
A termo incerto, temporário	284 399	576
Sem termo, a tempo parcial	70 746	309
A termo incerto, a tempo parcial	77 032	298
A termo certo, temporário	214 563	605
A termo incerto, temporário, a tempo parcial	45 255	313
A termo certo, temporário, a tempo parcial	55 178	307
A tempo indeterminado, temporário	11 321	728
Média ponderada		671
Média ponderada*		603

*sem contratos permanentes

Alexandra Figueira
afigueira@jn.pt

► Os trabalhadores que assinaram um contrato permanente em janeiro deste ano ganham um salário bruto mensal de 810 euros. Se o tivessem feito em 2014, ano do valor mais alto, teriam um ordenado de 1024 euros. Ou seja, em cerca de três anos, a remuneração base média dos contratos ainda vigentes caiu 20%, conclui o estudo "Novo emprego. Que emprego?", de João Ramos de Almeida, do Observatório sobre crises e alternativas. No global, o retrato dos contratos de trabalho assinados de 2013 em diante mostra que o emprego criado é, sobretudo, precário e mal remunerado.

O salário de 810 euros de quem entrou, este ano, nos quadros de uma empresa contrabalança a baixa remuneração paga pelos contratos precários (que, apesar de baixa, está a subir). Na média ponderada, todos os novos contratos que ainda estavam em vigor em janeiro previam uma remuneração líquida mensal de 671 euros; se se excluirmos os contratos sem termo, o valor desce para 603 euros, "valor próximo do salário mínimo nacional", de 557 euros, indica o texto.

Além disso, a cada ano que passa, são mais os contratos que previam o salário mínimo. Em 2016, era este o valor pago por 37% dos novos contratos ainda ativos. João Ramos de Almeida salienta que são várias as razões que levam ao

pormenores :

Inclui sucessivos contratos

Os dados analisam o número de contratos assinados e não o número de trabalhadores. Ou seja, incluem sucessivos contratos assinados, muitas vezes, para o mesmo emprego e o mesmo empregador.

Contratos a 60 dias de fora

A partir de janeiro 2016, as bases de dados deixaram de considerar os contratos assinados por menos de 60 dias. Só por isso, ficaram de fora 25% dos contratos, estima o estudo, apoiando-se no número destes contratos assinados em 2015.

pagamento de salários baixos: a contratação coletiva não está a aumentar as remunerações, o desemprego continua alto e o subsídio foi cortado. Em consequência, os empregados estão dispostos a aceitar trabalho a troco de cada vez menos dinheiro. "O salário mínimo tende a tornar-se no salário nacional", conclui.

Não só o emprego criado é mais mal pago, como também é mais precário. Oito em cada dez novos contratos assinados nos últimos anos foram precários. E, olhando aos mais de 1,1 milhões de novos contratos que ainda estavam vigentes em maio, vê-se que só um terço permitiu a entrada nos quadros da empresa. Todos os outros foram assinados a termo certo ou

com outras tipologias (a termo incerto, temporários ou a tempo parcial, por exemplo). Ramos de Almeida conclui, por isso, que a tendência levará à progressiva diminuição do peso dos contratos estáveis no mercado laboral.

A análise leva o Observatório sobre crises e alternativas, próximo do antigo líder da CGTP Carvalho da Silva e do professor de Coimbra Boaventura Sousa Santos, a apelar à realização de um debate profundo sobre o mercado de trabalho e o modelo de desenvolvimento económico do país. "Estamos alarmados com o populismo noutros países, mas cá estamos a criar uma espécie de guetos para grande parte da população", alerta Ramos de Almeida. ●